

Indústria moveleira teme impacto da sobretaxa

Mercado americano é o principal destino das exportações gaúchas

/ RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Cláudio Isaías

isaiaasc@jcrs.com.br

Mesmo que o setor moveleiro do Rio Grande do Sul não seja dependente das exportações, pois a principal fonte de receita está no mercado interno, a sobretaxa de 50% sobre produtos brasileiros anunciada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, impacta negativamente o desempenho do segmento, segundo a Associação das Indústrias de Móveis do Rio Grande do Sul (Movergs). De acordo com nota divulgada pela entidade, os EUA são o principal destino das exportações de móveis produzidos no Estado, respondendo por cerca de 16% das vendas para fora do País - no primeiro semestre de 2025, o montante corresponde a cerca de US\$ 19 milhões.

Os móveis listados como exceção não contemplam os principais NCMs de mobiliário, ou seja, os móveis de madeira continuam taxados, conforme a Movergs. As exceções citam móveis de metal e plástico e, olhando no detalhe, entende-se que são peças produzidas para aviação, ou seja, não



TÂNIA MEINERZ/JC

No primeiro semestre, foram negociados US\$ 19 milhões com os EUA

se enquadram na realidade do setor moveleiro do Estado.

Em nota, a associação diz que no Rio Grande do Sul predomina a produção de mobiliário de madeira, especialmente compensados (MDF e MDP), que continuam taxados. Isso gera forte preocupação às empresas que exportam aos Estados Unidos. O impacto será financeiro, reduzindo vendas e gerando dificuldade para reconquistar espaço no mercado norte-americano, visto que os móveis brasileiros perderão competitividade.

O setor moveleiro no Rio

Grande do Sul conta com 2.400 empresas que são responsáveis por mais de 34 mil empregos. O faturamento nominal em 2024 foi de R\$ 13,6 bilhões (o que representa 15,2% do faturamento brasileiro, sendo o segundo maior fabricante do País).

Com relação às exportações, o Rio Grande do Sul vende para mais de 120 países. O volume em 2024 chegou a US\$ 261,1 milhões. O volume em 2025 (primeiro semestre) foi de mais de US\$ 117,5 milhões. Os Estados Unidos representam 16,2% desse montante, cerca de US\$ 19 milhões.

Brasil se prepara para formalizar reação a Trump na OMC

O governo brasileiro se prepara para formalizar na Organização Mundial do Comércio (OMC) uma contestação ao tarifaço de Donald Trump. A iniciativa pode ser tomada de forma paralela às tentativas de negociação direta com os Estados Unidos. A avaliação é que, mesmo que a última instância da OMC esteja em estado de paralisia por causa dos americanos, os EUA continuam sendo membros da instituição e têm diferentes interesses em discussão no órgão.

A estratégia de recorrer à OMC já recebeu sinal verde do ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira. A decisão agora passará por um colegiado. Na visão do governo, o recurso serviria para registrar perante a comunidade internacional o compromisso do Brasil com o sistema multilateral de comércio e para submeter à apreciação jurídica da OMC medidas vistas como violações às regras acordadas. Técnicos avaliam que a política de Trump pode fazer do Brasil a nação mais desfavorecida no comércio com os EUA. Além disso, reiteram que a argumentação americana usou elementos políticos, sendo discriminatória e desprovida de fundamentos técnicos.

Entre os argumentos específicos sendo considerados pelo Brasil na OMC, está a infração dos EUA a regras que formam a espinha-dorsal da Organização. Uma delas é a da transparência, que exige dos

membros a publicação de regulamentações claras e previsíveis sobre políticas comerciais. Segundo integrantes do governo brasileiro, as tarifas de Trump são unilaterais e não estão sendo notificadas à entidade.

Outro princípio violado pelos EUA, na visão brasileira, é o da “nação mais favorecida” - que exige de um país o tratamento igual aos demais membros, sem discriminação. Isso garante que as vantagens comerciais a um parceiro sejam estendidas a todos os outros. Por isso, podem ser contestados até mesmo os acordos anunciados por Trump com outras economias.

Nessa primeira fase, a parte demandada tem o prazo de 10 dias para responder. Se as consultas não solucionarem a disputa em 60 dias após o recebimento do pedido, a parte demandante pode pedir a instauração de uma segunda etapa: o estabelecimento de um painel. Os painéis são formados por três membros, escolhidos de comum acordo pelas partes. Os dois países apresentam petições escritas e participam de audiências. O painel emite um relatório sobre as medidas em contestação e sua compatibilidade com acordos da OMC. O prazo teórico para a apresentação desse relatório é de até 6 meses, prorrogáveis por mais 3. Na prática, no entanto, a fase de painel tem durado cerca de 12 meses.

Setor calçadista prevê danos irreversíveis com tarifaço

As sobretaxas trarão danos irreversíveis nas exportações de calçados brasileiros. A avaliação é do presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), Haroldo Ferreira. “Com o tarifaço, as empresas terão produtos muito mais caros do que os importados da China, por exemplo, que pagam uma sobretaxa de 30%”, comenta.

Neste cenário, o presidente da Abicalçados aponta que os efeitos serão sentidos com uma perda estimada de pelo menos oito mil empregos diretos. Ferreira desta-

ca que o próximo passo é trabalhar junto aos governos federal e estadual para mitigar os efeitos da medida na indústria brasileira. “O poder público terá um papel fundamental para a preservação das empresas e dos milhares de empregos gerados”, destaca.

Entre as medidas sugeridas pela Abicalçados, estão linhas para cobrir o Adiantamento sobre Contrato de Câmbio em dólar com juros do mercado externo, a ampliação do Reintegra para exportadores e a liberação imediata de créditos acumulados do ICMS.

Além disso, a entidade defende a reedição do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEM), que ofereceu, em 2020, medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública e da emergência de saúde decorrente da Covid-19.

Principal destino internacional do calçado brasileiro, os Estados Unidos respondem por mais de 20% do valor total gerado pelas exportações do setor. No primeiro semestre, o Brasil exportou US\$ 11,8 milhões, ou 5,8 milhões de pares de calçados aos EUA.



BOTTERO/DIVULGAÇÃO/JC

Indústria prevê a perda de até 8 mil empregos diretos com a medida

Sua **Tag** sem mensalidade chegou!



